

Parágrafo único - A designação de que trata o "caput" deste, será enquanto o contrato estiver em vigor, podendo o fiscal ser substituído por outro durante o período de vigência, mediante expedição de Portaria para este fim, que será solicitado pela Secretaria Municipal competente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 30 de outubro de 2025.

JÚLIO MARIA HEITOR

Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar

DHENIS MONTEIRO DA SILVA

Procurador Geral do Município

Protocolo 1671458

Guarapari

Lei

LEI Nº. 5.127, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES A FESTIVIDADE GOSPEL "JESUS VIDA VERÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Guarapari/ES, a festividade gospel "**Jesus Vida Verão**", a ser realizada anualmente, em período a ser definido pelo Poder Executivo, integrando o calendário oficial de eventos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari - ES., 13 de novembro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES

Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)

Autoria do PL Nº. 194/2025: Vereador Vinicius

Lino Nascimento e Vereador Félix Tadeu Juliatti

Processo Administrativo Nº. 29.271/2025

Protocolo 1671394



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330032003800320036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decreto

DECRETO Nº. 631/2025

Dispõe sobre a ampliação excepcional da jornada de trabalho dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Guarapari para fins de ampliação da implementação do regime de Tempo Integral e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.820, de 09 de dezembro de 1998, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guarapari, em especial no que se refere à jornada de trabalho e à acumulação de cargos públicos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que admite a acumulação de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 4.702-R, de 03 de fevereiro de 2020, que alterou o Decreto nº 2.724-R/2011, estabelece diretrizes administrativas que podem ser consideradas pela gestão municipal ao admitir, em caráter excepcional, a acumulação de cargos públicos com jornada total superior a 65 (sessenta e cinco) horas semanais, mediante decisão fundamentada e comprovação de compatibilidade de horários;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a jornada de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino de Guarapari em razão da implantação do Regime de Tempo Integral, com vistas à ampliação da permanência dos estudantes na escola e à melhoria dos indicadores educacionais;

CONSIDERANDO os princípios da eficiência, da razoabilidade e da supremacia do interesse público;

D E C R E T A:

Art. 1º. Em caráter excepcional, e nos termos da Lei Municipal nº 1.820/1998 e da legislação específica do Magistério Municipal, fica admitida a ampliação da jornada semanal do cargo de professor, mediante adesão à Carga Horária Especial (CHE), preferencialmente para fins de ampliação e continuidade da implementação do regime de Tempo Integral.

Art. 2º. A ampliação de jornada prevista neste Decreto observará, cumulativamente, as seguintes condições:

I - inexistência de sobreposição de horários entre a carga horária regular e a especial;

II - comprovação de compatibilidade de horários, considerando o tempo de deslocamento e o descanso previsto no Estatuto dos Servidores;

III - anuência expressa do servidor;

IV - decisão fundamentada da autoridade competente;

V - registro junto ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 3º. A ampliação de jornada poderá resultar em carga horária total superior à jornada regular do cargo, limitada, em caráter excepcional, a 65 (sessenta e cinco) horas semanais, observados os princípios da razoabilidade e da proteção à saúde do servidor, e a inexistência de prejuízo às funções exercidas.